

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: dezembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro
Carta Capital
Agroanalysis
Biodiesel Br

Índice

Manobra para mudar o Parlasul ganha força - GABRIELA GUERREIRO – Folha de São Paulo – Mundo – 02/12/2010	3
O G-20 e a economia global – Valor Econômico – Opinião – 02/12/2010.....	3
Mercosul, imaturo aos 20 anos – Estado de São Paulo – Notas e informações – Editorial – 18/12/2010.....	5
‘Mercosul não é um convento’, afirma Lula – Tânia Monteiro e Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia – 18/12/2010.....	7
Lula defende integração de países ao Mercosul – Priscilla Mazonetti – Carta Capital – 20/12/2010.....	8
O acordo Sul-Sul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 20/12/2010.....	8
Setor agrícola apoia processos na OMC – Raquel Landim - Estado de São Paulo – Economia – 23/12/2010.....	11
Não ouvidos no G-20 - Mauricio Cardenas , Luis Carranza e Andres Velasco – Valor Econômico – Opinião – 27/12/2010.....	12

Manobra para mudar o Parlasul ganha força - GABRIELA GUERREIRO – Folha de São Paulo – Mundo – 02/12/2010

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), sinalizou ontem ser favorável à "brecha" que pode permitir a deputados e senadores não-eleitos ocupar cadeiras no Parlasul (Parlamento do Mercosul) em 2011. Sarney disse que o tratado do Parlasul, assinado em 2007, considera "incompatível" conciliar o cargo com um mandato no Legislativo brasileiro. "Encontramos uma resistência, que o tratado diz que tem que ser pessoas que não exerçam o mandato parlamentar", afirmou. Um grupo de deputados e senadores não eleitos em outubro se articula para ocupar uma vaga no Parlamento, que reúne representantes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Tentam mudar a resolução que regulamenta as indicações brasileiras, para permitir a não parlamentares ocupar cadeiras no órgão. A articulação, multipartidária, une parlamentares de legendas como PT, PMDB, PV, DEM, PPS e PSC. Pela resolução em vigor, somente deputados e senadores com mandato podem ser indicados.

Como o Senado terá que editar até o final do ano uma nova resolução com regras para as indicações -uma vez que o Brasil vai passar a ter 37 vagas no lugar das 18 atuais a partir de 2011- os não-eleitos querem emplacar a brecha para valer a partir de janeiro. Sarney disse que há uma "corrente" na Casa favorável à mudança, enquanto outro grupo de senadores defende que a regra permaneça como está, com a eleição de não parlamentares somente em 2012, quando o país deve começar a eleger nas urnas os integrantes do Parlasul. Os atuais integrantes do Parlasul não recebem salário, apenas acumulam suas funções de parlamentares do Brasil e do bloco econômico. Com a indicação de não congressistas, a União teria que custear um salário de R\$ 18 mil mensais.

O G-20 e a economia global – Valor Econômico – Opinião – 02/12/2010

O crescimento mundial hoje se dá em duas velocidades bem distintas. Por Jeffrey D. Sachs

O encontro de cúpula do G-20 em Seul foi notável para o crescente peso das economias emergentes. Ela não só estava instalada em uma, como, de muitas maneiras, também foi dominada por elas.

Em duas áreas cruciais, macroeconomia e desenvolvimento econômico, prevaleceu a opinião das economias emergentes. E uma excelente proposta para vincular as duas agendas, de macroeconomia e desenvolvimento, surgiu a partir da cúpula e deve ser implantada em 2011.

Uma característica fundamental da economia mundial hoje é que ela está se movendo em duas velocidades. Os Estados Unidos e grande parte da Europa

continuaram a sofrer as sequelas da crise financeira que irrompeu em 2008, com desemprego elevado, baixo crescimento econômico e prolongados problemas no setor bancário. Os mercados emergentes, porém, de forma geral superaram a crise. Considerando que 2009 foi um ano duro para a economia global inteira, os mercados emergentes se recuperaram solidamente em 2010, a passo que os países ricos não se recuperaram.

Dados recentes do Panorama Econômico Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) contam outra história. Em 2010, países de alta renda deverão alcançar modesto crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), de cerca de 2,7%, enquanto as economias emergentes do G-20, junto com o resto do mundo em desenvolvimento, deverão crescer à taxa robusta de 7,1%. As economias em desenvolvimento da Ásia estão em franca expansão, com crescimento de 9,4%. Estima-se que a América Latina cresça a 5,7%. Até a África Subsaariana, a tradicional retardatária, deverá crescer a 5% em 2010.

Essa economia global a duas velocidades reflete, na sua maior parte, o fato de que a crise financeira começou com o excessivo endividamento praticado pelos países ricos. Duas economias de alta renda se envolveram em problemas.

Os EUA, onde as famílias insolventes, ajudadas por concessões de empréstimo temerárias, tomaram créditos pesadamente para comprar casas e carros, foram os principais culpados. A periferia da União Europeia (UE), Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, também começaram a tomar empréstimos de forma desenfreada há uma década, ao se incorporar o euro, alimentando uma expansão imobiliária que igualmente implodiu.

As economias emergentes, na sua maioria, evitaram esse desastroso excesso de endividamento.

Um motivo, certamente, foi a lembrança eloquente na Ásia da crise financeira de 1997, que ressaltou a necessidade de impor limites sobre tomadas de empréstimos bancários e influxos de capital. De modo geral, as economias emergentes asiáticas foram administradas de forma mais prudente durante a década passada. O mesmo pode ser dito a respeito do Brasil, que aprendeu com a sua própria crise em 1999, bem como a África e outras regiões.

Nos preparativos para a cúpula de Seul, o governo dos EUA apresentou uma proposta, de que as regiões superavitárias do mundo deveriam levar sua demanda interna — principalmente consumo — para estimular as importações e, portanto, ajudar as regiões deficitárias (incluindo os EUA) a se recuperarem. As economias emergentes do G-20 não ficaram impressionadas. A resposta delas foi direta: a crise começou com o excesso de tomadas de empréstimo dos EUA, portanto, é a responsabilidade dos EUA, não deles, limpar a bagunça. Os EUA deveriam cortar o seu déficit orçamentário, aumentar sua taxa de poupança e, de forma geral, arrumar a sua própria casa.

As economias emergentes reagiram de forma semelhante a uma segunda iniciativa dos EUA, o chamado “afrouxamento quantitativo” do Federal Reserve (Fed, banco central do país). As economias emergentes mais uma vez falaram praticamente em uníssono.

Elas disseram aos EUA que não estimulassem a base monetária artificialmente, já que isso poderia agerar o risco de provocar outra bolha financeira,

dessa vez na economias emergentes e nos mercados de commodities. Mais uma vez, a mensagem clara dirigida aos EUA foi a de parar de usar expedientes como estímulo fiscal ou imprimir dinheiro e, em vez disso, empreender uma reestruturação séria de prazo mais longo para incentivar a poupança, o investimento e as exportações líquidas.

Da sua parte, as economias emergentes queriam mudar o assunto, de estímulo e desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo para temas de desenvolvimento de prazo mais longo. O governo anfitrião, a Coreia do Sul, foi especialmente dinâmico nesse tópico. Exortou os membros do G20 a se concentrarem em desafios como o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, elevação da produção agrícola, e construção de infraestruturas sustentáveis na economia em desenvolvimento.

Essa foi a primeira vez que temas de desenvolvimento de longo prazo foram colocados de forma tão clara na pauta do G-20, e isso é um indício do crescente peso geopolítico dos membros de mercados emergentes no grupo.

Existe uma maneira de tirar proveito das altas taxas de poupança dos países superavitários.

Em vez de pressionar suas famílias a consumirem mais, o G-20 deveria se empenhar para canalizar essas poupanças aos países mais pobres para financiar urgentemente investimentos necessários em infraestrutura.

O premiê da Índia, Manmohan Singh, observou que a África Subsaariana está agora numa posição de absorver mais influxos de capital para construir infraestrutura.

Ele recomendou que os superávits do G-20 sejam reciclados para países pobres, para financiar esses investimentos. “Em outras palavras”, disse Singh, “precisamos avançar de desequilíbrios de um tipo para reparar desequilíbrios do outro tipo”.

Ao canalizar as poupanças de China, Alemanha, Japão e outros países superavitários em investimentos de infraestrutura nos países pobres, as economias do mundo estariam trabalhando verdadeiramente em harmonia.

É bem possível que a Cúpula de Seul do G-20 possa ter iniciado esse processo importante.

Mercosul, imaturo aos 20 anos – Estado de São Paulo – Notas e informações – Editorial – 18/12/2010

O Mercosul precisa de mais dez anos para ser um bloco sério e não um arremedo de união aduaneira, decidiram ministros e presidentes em mais um feliz convésco, desta vez em Foz do Iguaçu. A linguagem oficial foi autocomplacente, como sempre, e usou expressões como “aprofundamento da integração”, mas o sentido é aquele mesmo.

Em março o bloco vai festejar o vigésimo aniversário, mas continuará longe da maturidade, com bitributação aduaneira, Tarifa Externa Comum cheia de furos, barreiras comerciais internas, um regime automotivo aberrante e muita dificuldade para fixar objetivos comuns. Para manter a tradição, a presidente argentina, Cristina Kirchner, chegou à reunião ameaçando impor nova barreira contra produtos brasileiros – desta vez, toalhas.

Será apenas mais um item numa longa lista, enriquecida, há pouco tempo, com a imposição de cotas para lençóis.

Mas os presidentes celebraram, no comunicado final, os feitos de 2010, apontado como um ano de “avanços importantes para a consolidação do bloco” e para a reafirmação da “força” e do “sentido estratégico do Mercosul como projeto de integração profunda e solidária”. O palavrório foi o de sempre.

Incapaz de resolver os problemas internos de integração comercial e produtiva, o Mercosul tem falhado, também, na realização de acordos comerciais com os principais mercados.

A façanha mais importante nessa área foi a conclusão de um acordo com sete economias classificadas como emergentes – Coreia do Sul, Índia, Egito, Indonésia, Malásia, Marrocos e Cuba. Esse pacto, muito menos amplo que um tratado de livre comércio, foi formalizado em Foz do Iguaçu. Outros países latino-americanos, como Chile, Colômbia e México, preferiram ficar de fora e avaliar depois se valerá a pena aderir.

A preferência ideológica pelas parcerias com países em desenvolvimento marcou outras decisões formalizadas em Foz do Iguaçu. Houve acordos de cooperação com Cuba, Síria e Autoridade Nacional Palestina.

A negociação com a União Europeia, iniciada há mais de dez anos, continua em marcha lenta, depois de longa paralisação.

Nesse mundo de autocomplacência, fantasia e compromisso com bandeiras abandonadas há muito tempo nos países mais dinâmicos, a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no encerramento da Cúpula Social – um evento paralelo – deve ter parecido bem razoável. No tom geral, foi mais um “até logo” de um presidente com perfil messiânico e inconformado com o fim do mandato. A peroração, como de costume, conteve muito autoelogio, um pouco de meias-verdades e uma ampla coleção de inverdades, apresentadas sem sinal de constrangimento.

A aproximação dos países latinoamericanos, disse o presidente, foi a base do bom desempenho da região durante a crise iniciada em 2008. Isso não passa de meia-verdade. O comércio intrarregional contribuiu para a recuperação, mas isso é só um pedaço da história. Muitas economias latino-americanas estavam muito mais firmes do que nas décadas anteriores, graças à adoção de políticas fiscais e monetárias tradicionalmente combatidas pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva e pela esquerda regional.

Também segundo ele, há dez anos os presidentes sul-americanos disputavam para ver quem era mais amigo dos presidentes dos Estados Unidos e quem seria convidado para passar o fim de semana em Camp Davi. É uma afirmação inteiramente falsa em relação aos presidentes do Brasil e da maior parte dos países vizinhos, mas Lula não se impõe limites quando se entrega à fantasia. “O Mercosul tinha sido jogado na lata do lixo” e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) era apresentada como a salvação da América do Sul, acrescentou.

De novo, inverdades da primeira à última palavra. Todos os avanços de fato do Mercosul ocorreram só até aquele momento. O bloco entrou no atoleiro quando o presidente do Brasil decidiu sujeitar a política externa a suas fantasias e ambições de

liderança. Essa mesma decisão precipitou o fracasso da Alca – o que, afinal de contas, permitiu aos chineses ocupar espaços nos maiores mercados das Américas. O maior perdedor, obviamente, foi o Brasil.

‘Mercosul não é um convento’, afirma Lula – Tânia Monteiro e Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia – 18/12/2010

Confrontado com a ameaça de nova disputa comercial com a Argentina, que agora ameaça sobretaxar as importações de toalhas brasileiras, conforme informou o Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que “Mercosul não é um convento, não é um encontro de freiras; é um encontro de chefes de Estado, de países soberanos, que sempre vão ter divergências”.

O comentário foi feito em entrevista coletiva ao fim da reunião de cúpula do Mercosul.

Após coletiva e antes de embarcar de volta para Brasília, Lula se reuniu com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. “Divergências fazem parte do processo democrático”, disse Lula.

Ele citou que a União Europeia enfrenta o mesmo problema há 50 anos. “O que precisamos é de ter compreensão e maturidade.

Não acho que seja problema para o Mercosul ter divergência.

Esta é a razão da existência dele”, afirmou.

Lula disse que sai da presidência pro tempore do bloco com uma relação extraordinariamente bem sucedida entre os países.

“Certamente melhor do que os Estados Unidos e a China; melhor do que Alemanha e França; melhor do que Inglaterra e Irlanda.

Podem ficar certos que no Mercosul somos mais unidos e muito mais compreensivos.” No discurso de despedida do Mercosul, Lula afirmou que deixa a presidência da República com a certeza de que valeu a pena o trabalho realizado no bloco e que sua sucessora, Dilma Rousseff, viverá o momento privilegiado de integração.

“Somos um grande continente em processo de consolidação solidária”. Segundo ele, o Mercosul constitui um “ambicioso projeto” e que é gritante o contraste entre o bloco sul-americano, “que floresce” e a rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, em “desalento”.

Lula acrescentou que os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm adotado medidas recessivas de ajuste da economia. “Premia-se a imprevidência de especuladores mal sucedidos”, disse Lula, em referência à origem da crise financeira internacional nos Estados Unidos.

“Os países em desenvolvimento não podem pagar a conta de um problema que não criaram”, acrescentou.

Para o presidente, deve ser motivo de orgulho o trabalho do Mercosul de atrair outros países fora do continente, como Austrália, Nova Zelândia e Turquia, que participam do encontro do bloco, no Paraná. Segundo ele, a crise financeira internacional fez o comércio do bloco recuar em 2009, mas retomou o ritmo em 2010.

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, elogiou o trabalho de Lula e saudou a chegada da presidente eleita Dilma Rousseff.

“Me sinto um pouco sozinha”, disse lembrando que poucas chegam a este posto.

Lula defende integração de países ao Mercosul – Priscilla Mazenotti – Carta Capital
– 20/12/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje (20) que, apesar de o Mercosul ser considerado um importante bloco comercial, é preciso que o Chile, a Venezuela, Colômbia e o Peru também se integrem ao bloco. “Para que a gente tivesse, efetivamente, uma região aduaneira muito forte e que pudesse incrementar ainda mais a produção e o consumo entre os países da América do Sul”, disse em seu programa de rádio Café com o Presidente.

Lula lembrou que o fluxo de comércio entre os integrantes do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) passou de US\$ 10 bilhões em 2002 para US\$ 86 bilhões em 2008. “Numa demonstração de que nós encontramos o caminho de desenvolver os países do Mercosul, de mostrar que é correto a gente acreditar no potencial de relação comercial, relação política, relação cultural entre nós, e há uma afinidade plena”, disse Lula. “Quando assumi a Presidência, lembro que os países menores achavam que o Mercosul não valia nada, que não valia a pena, que era preciso procurar outro espaço para comercializar. E hoje está todo mundo convencido que o Mercosul é o nosso espaço”, completou.

Para o presidente, o bloco é o instrumento para negociar a conclusão da Rodada Doha, “brigando fortemente na Organização Mundial do Comércio (OMC)”, algo que, segundo ele, a presidenta eleita, Dilma Rousseff, vai trabalhar para que se torne realidade.

O acordo Sul-Sul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial –
20/12/2010

A mais ambiciosa negociação comercial entre economias em desenvolvimento, lançada há seis anos e meio por ministros de 43 governos, foi concluída oficialmente na última quarta-feira, em Foz do Iguaçu, com apenas 11 participantes. Foram até o fim os 4 membros do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e também Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia e Marrocos.

O resultado, muito mais modesto que o pretendido, foi, no entanto, festejado como um marco. O presidente das negociações, o argentino Alberto Dumont, referiu-se ao acordo como “um primeiro e importante passo em um contexto de maior integração entre os países em desenvolvimento”.

O diplomata brasileiro Roberto Azevedo, embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi na mesma direção: “Há um espaço enorme a ser explorado daqui para a frente”, comentou.

O acordo é muito mais amplo que os dois celebrados anteriormente – em 1988 e 1992 – no âmbito do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em

Desenvolvimento (SGPC). As concessões oferecidas pelos 11 participantes envolvem 47 mil produtos. As facilidades concedidas pelo Mercosul valem para 6,7 mil.

Mas a abertura é limitada. Os compromissos envolvem 70% dos bens importados e a preferência tarifária é de 20% sobre as alíquotas efetivamente aplicadas pelos participantes.

Cada país foi autorizado a manter 30% protegidos. A lista do Mercosul inclui as indústrias têxtil, de automóveis, de eletroeletrônicos e de bens de capital. Dentro de dois anos haverá uma revisão do acordo e as concessões poderão ser ampliadas.

A diplomacia brasileira tem contrastado o “sucesso” da Rodada São Paulo – é esse o nome da negociação recém-concluída em Foz do Iguaçu – com o impasse na negociação global de comércio, a Rodada Doha, lançada no fim de 2001, ainda emperrada e ainda sem perspectiva de conclusão.

“Quando os países estão realmente dispostos a negociar, é possível chegar a acordos”, comentou o embaixador Antônio Patriota, convidado pela presidente eleita para comandar o Itamaraty. De fato, sobrou má vontade na Rodada Doha, mas a comparação entre os dois empreendimentos é um tanto exagerada.

A retórica do governo brasileiro é até compreensível. A diplomacia petista produziu poucos acordos comerciais e nenhum de peso para o Brasil. O Mercosul foi criado nos anos 90. Nesta década o bloco celebrou alguns acordos com parceiros em desenvolvimento. Nenhum pacto comercial importante foi assinado com os principais mercados, Brasília concentrou suas apostas na Rodada Doha.

Evidente desde o primeiro instante, o erro foi confirmado de forma indiscutível quando se perderam as esperanças de uma conclusão ainda no governo do presidente George W. Bush. O governo democrata, não havia dúvida, viria com ideias muito diferentes sobre o comércio e muito menos favoráveis aos países emergentes.

Outros países cuidaram, mesmo durante a negociação global, de buscar acordos bilaterais. Alguns desses países participaram do lançamento da Rodada São Paulo, mas ficaram no meio do caminho. Esse grupo inclui Chile, Colômbia e México, muito mais abertos que o Brasil petista a entendimentos comerciais com países de qualquer grupo, sem preconceitos terceiro-mundistas. Alguns deles talvez decidam aderir ao acordo de Foz do Iguaçu. Adesões estão previstas nos documentos assinados pelos diplomatas dos 11 países.

É difícil avaliar, sem um exame mais detalhado de todos os compromissos, se esse acordo trará benefícios importantes ao Brasil ou mesmo se haverá mais custos do que vantagens.

Industriais brasileiros têm-se mostrado menos otimistas que o governo em relação a essa rodada.

O comércio do Brasil com o Mercosul é muito maior que o intercâmbio com os demais participantes do acordo. Suas exportações para os sete países estranhos ao bloco totalizaram US\$ 11,75 bilhões neste ano, até novembro.

O País é deficitário nas transações com os dois maiores parceiros.

Diante da Coreia, o déficit chegou a US\$ 4,4 bilhões. Qual será o resultado com as novas concessões tarifárias?

Vem aí mais um teste para a competitividade brasileira

Pressões pelo protecionismo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 22/12/2010

Aumentar o poder de competição da economia nacional será uma das principais tarefas do novo governo, se a presidente Dilma Rousseff quiser manter a produção e o emprego em crescimento. A invasão de produtos importados, o saldo comercial minguinte e o crescente buraco na conta corrente do balanço de pagamentos não

permitem muita hesitação. Se demorar a agir, o governo ficara perigosamente exposto a pressões de empresários e sindicalistas e terá dificuldade para evitar uma recaída do Brasil no protecionismo.

A movimentação de sindicalistas em favor de uma ação oficial contra as importações já é ostensiva, como indicou reportagem publicada segunda-feira no Estado. A presença crescente de produtos importados no mercado brasileiro é apontada como ameaça ao emprego. O risco pode ser pouco perceptível para a maioria das pessoas, neste momento, mas tende a crescer e é preciso leva-lo em conta.

Dirigentes de entidades empresariais também tem pedido socorro e tendem a articular-se com os sindicalistas na cobrança de medidas defensivas e de benefícios tributários aos produtores brasileiros.

Articulações desse tipo são perigosas.

Induzem os governos a produzir respostas políticas para atender os grupos mais articulados, em vez de tomar providências mais eficazes para fortalecer a economia nacional.

Protecionismo e subsídios são bons para alguns setores empresariais e para algumas categorias de trabalhadores, mas custam muito para o consumidor, para os trabalhadores de outras áreas e para os contribuintes em geral.

Para responder ao desafio, o novo governo terá de enfrentar com urgência tarefas prometidas e jamais cumpridas de forma satisfatória pelas autoridades nos últimos anos. O País dispõe oficialmente de uma Política de Desenvolvimento Produtivo, mas a ação oficial nunca foi muito além das palavras e da formulação de esquemas ambiciosos. O crescimento econômico dos últimos oito anos foi muito mais uma consequência da ação dos empresários do que das iniciativas governamentais. O ambiente internacional favorável até 2008 também ajudou muito.

Em vez de esperar pressões de sindicalistas e de empresários, a equipe do novo governo deveria examinar as deficiências da economia brasileira e pensar em como combatê-las.

Pode-se encontrar um bom inventário dos problemas no estudo comparativo de competitividade publicado na sexta-feira passada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Nesse estudo, o Brasil aparece em 36.º lugar numa lista de 43 países. Esse conjunto corresponde a cerca de 90% do produto bruto global. O País subiu um degrau nessa classificação, desde o levantamento anterior, mas continuou no grupo dos países de baixa competitividade (nos outros grupos estão os de competitividade alta, satisfatória e média).

A posição brasileira seria provavelmente melhor, se a classificação fosse baseada só nos atributos das empresas.

Mas o poder de competição do setor produtivo é determinado por numerosos fatores, como a carga tributária, a qualidade das finanças públicas, as condições de financiamento, a qualidade e a extensão da infraestrutura, a taxa de poupança e a oferta da mão de obra adequada. Em todos esses itens o Brasil perde para as economias desenvolvidas e para a maior parte das emergentes.

O Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, tem hoje mais influência do que há oito ou dez anos. Mas isso não lhe assegura vantagem permanente no confronto com os competidores. Os dados são muito claros: o produtor nacional vem perdendo a corrida tanto no mercado externo quanto no interno. Sem as boas condições de preços dos produtos básicos, a receita de exportações teria crescido bem menos neste ano e as perspectivas seriam piores em 2011.

Ha poucos dias o ministro da Fazenda anunciou estímulos ao financiamento de longo prazo. A medida é oportuna, mas o programa é limitado e não produzirá efeitos imediatos. Além disso, é preciso agir numa frente muito mais ampla. Se for rápido, o novo governo poderá desenvolver uma política racional e eficaz. Se for lento, ficará exposto a pressões perigosas.

Setor agrícola apoia processos na OMC – Raquel Landim - Estado de São Paulo – Economia – 23/12/2010

Lideranças do setor agrícola reagiram ontem às declarações do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, e saíram em defesa dos processos movidos pelo Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Em entrevista ao Estado, Rossi defendeu que os setores que se sintam prejudicados por outros países tentem um acordo direto com os concorrentes e evitem disputas na entidade máxima do comércio global.

“Negociar é sempre melhor. A questão é que nos casos que estão em análise foi esgotada a via da negociação. Foram anos de negociação infrutífera”, disse Pedro de Camargo Neto, mentor do painel do algodão e ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura na gestão Fernando Henrique.

Dois processos estão em vias de serem enviados pelo Brasil para a OMC: carne bovina contra a União Europeia e etanol contra os Estados Unidos. O Brasil questiona as exigências de rastreabilidade da carne feitas pela UE e a sobretaxa cobrada pelos EUA na importação de etanol.

Para Camargo Neto, o caso da carne bovina é “claro e muito forte”, porque os europeus fazem exigências duras ao Brasil, mas não cobram rastreabilidade de outros fornecedores, como Estados Unidos e Canadá.

“Seria ótimo se o ministro pegasse um avião para Bruxelas e voltasse com um acordo para a carne bovina, mas é muito improvável”, disse. Ele ressalta ainda que a postura de Rossi enfraquece a posição negociadora do Brasil, porque o contencioso é uma arma para forçar mudanças dos parceiros comerciais.

Marcos Jank, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), disse que o ministro está correto quando diz que a negociação é o melhor caminho, mas que os processos na OMC são um poderoso mecanismo de pressão. “Esgotamos três anos de diálogo. A via da negociação está sempre aberta, mas não podemos abrir mão de um instrumento importante”, disse. Ele ressalta que o setor foi bem sucedido no processo movido contra os subsídios da União Europeia aos açúcares. Graças ao painel brasileiro, a UE reformou sua política agrícola e deixou de ser o segundo maior exportador mundial do açúcar.

Década. Um dos argumentos de Rossi e os processos na OMC demoram muito. “É melhor negociar do que uma disputa na OMC, que pode levar uma década”, disse. O caso do algodão se arrasta por mais de dez anos.

Camargo Neto admite que esse processo demorou, mas afirma que o governo brasileiro foi “leniente”. “O Brasil deixou tudo parado por anos aguardando a Rodada Doha”, disse.

O Estado procurou a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Bovina (Abiec), mas seus representantes não foram localizados por conta das festas de fim de ano.

Não ouvidos no G-20 - Mauricio Cardenas , Luis Carranza e Andres Velasco – Valor Econômico – Opinião – 27/12/2010

A coordenação econômica internacional é tão necessária quanto é ilusória. Durante a crise financeira global, o G-20, grupo das 19 economias mais importantes mais a União Europeia, tornou-se o principal fórum para pactuar princípios básicos e áreas como a resposta político-fiscal e o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao sublinhar a necessidade de evitar protecionismo no comércio mundial e políticas que favoreçam países em detrimento de outros, a instituição também exerceu alguma pressão sobre os governos no tocante ao que não fazer. Nessas questões, o G-20 claramente representou um passo adiante.

Nos últimos tempos, no entanto, à medida que o G-20 tentou reconciliar interesses econômicos nacionais e estratégias de recuperação divergentes, foi muito menos bem-sucedido em relação aos seus encontros iniciais em Washington e Londres em 2009.

Na verdade, a cúpula do G-20 em Seul, no começo de novembro expôs uma profunda divisão.

Desequilíbrios globais e desalinhamentos cambiais têm o potencial de fazer naufragar a recuperação global e empurrar o mundo para o atoleiro protecionista.

A maioria dos países sofreria, mas países apanhados no meio poderão sofrer mais. Hoje, as economias emergentes da América Latina poderiam se tornar parte das primeiras vítimas no fogo cruzado econômico entre Estados Unidos e China.

Consideremos Colômbia, Chile e Peru. Essas economias enfrentam dois graves problemas.

O primeiro é a enxurrada de capital de curto prazo fluindo na sua direção. Se alguma vez já restou alguma dúvida, os eventos dos anos recentes deveriam ter reforçado a lição de que excesso de capital à caça de rendimento de curto prazo pode distorcer taxas de câmbio e preços de ativos, conduzindo potencialmente à catástrofe financeira.

Países beneficiários podem tentar impor barreiras, mas o tsunami de liquidez ameaça se abater sobre eles. A depreciação do dólar americano arquitetada pelo banco central dos Estados Unidos parece uma proposição atraente do ponto de vista americano, mas as economias da América Latina não podem e não deveriam suportar o fardo do realinhamento do dólar.

Depois há a China. A relutância das autoridades chinesas de permitir que o yuan se aprecie acelera o reequilíbrio global e retarda o crescimento do mundo.

As exportações da América Latina estão entre as vítimas. A subavaliação do yuan também levou a América Latina a reduzir a sua cota de exportação global de

produtos manufaturados e a se tornar ainda mais especializada em matérias-primas.

Como uma consequência da queda prematura do setor manufatureiro, a taxa de desemprego é elevada em muitos países latino-americanos. Certamente, a “recomoditização” da América Latina tem causas que vão além das políticas cambiais da China. Mas está ficando cada vez mais difícil para as fábricas na região se manterem ativas em condições de fraca demanda global e moedas locais fortes.

Esses temas deveriam ser postos sobre a mesa pelos membros latino-americanos do G-20 – Argentina, Brasil e México. Mas países como Argentina e Brasil tem retaliado dirigindo suas exportações de commodities. Por exemplo, a Argentina está preocupada em manter o mercado chinês aberto para o óleo de soja, depois dele ter sido fechado no começo do ano. O Brasil já disse que não tem nenhum tema a suscitar com a China, que recentemente se tornou o seu maior mercado externo.

No outro extremo está o México, onde a concorrência com a China é acirrada. Tanto por convicção como por conveniência, o México invariavelmente toma o lado de Washington e aponta para o câmbio subvalorizado da China como a causa da sua estagnação econômica.

Colômbia, Chile e Peru têm uma população combinada de quase 100 milhões de pessoas e um PIB total de mais de US\$ 600 bilhões. Seus sistemas financeiros seguros, sólidas estruturas fiscais, baixa dívida pública e rigorosa aderência a metas de inflação lhes conferem credibilidade.

No propósito de reduzir sua dependência das commodities ele também assinaram tratados de livre comércio com os EUA (inexplicavelmente não aprovados pelo Congresso dos EUA no caso da Colômbia).

Esses três países estão, portanto, numa posição singular para exigir que o G-20 não permita que EUA e China persigam políticas que favoreçam países em detrimento de outros, que representam uma grande ameaça à estabilidade econômica global. O problema é que Colômbia, Chile e Peru não são membros do G-20.

Se o G-20 quiser ter um papel preponderante no processo decisório global pós-crise, a questão da legitimidade em relação aos países emergentes menores precisa ser abordada agora. Se os países não forem adequadamente representados, a coordenação econômica internacional retornará, por falta da outra opção, às instituições multilaterais, onde pouco avançou nos anos que antecederam a crise.

Nós propomos mudar o status quo, permitindo que esses países assumam um acafeirada rotativa à mesa do G-20. Eles podem ajudar a dirigir o mundo rumo à coordenação e podem impedir que muitas economias emergentes se transformem em vítimas inocentes nas guerras de outros povos.

A “recomoditização” da América Latina tem causas que vão além das políticas cambiais da China. Mas está ficando cada vez mais difícil para as fábricas na região se manterem ativas em condições de fraca demanda global e moedas locais fortes.

Mauricio Cardenas , foiministro do DesenvolvimentoEconômico e dos Transporte da Colômbia.

Luis Carranza foiministro de Finanças do Peru.

Andres Velasco foiministro de Finanças do Chile.

Copyright: Project Syndicate, 2010.

www.project-syndicate.org

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

